

PROF. LOUREIRO FERNANDES: OS ÚLTIMOS TEMPOS

Regina Maria de Campos Rocha*

Antes de iniciar este depoimento, quero registrar o quanto me honrou e sensibilizou o convite do prof. Igor Chmyz para participar das comemorações do Centenário de Nascimento do Professor José Loureiro Ascensão Fernandes. Primeiro, porque não é comum nesta Universidade servidores não docentes serem convidados para eventos deste porte. Segundo, por estar aqui com professores, que assim como o homenageado, tiveram um papel significativo na minha formação profissional. Não fui aluna de nenhum deles, mas o convívio quase diário com estes mestres fundamentaram na então acadêmica de Biblioteconomia os princípios para reflexão do que é Universidade, do que é Pesquisa, do que é Educação e, principalmente, me fizeram perceber que ser bibliotecário é ser coadjuvante no processo de ensino aprendizagem e não um burocrata da informação, sujeito a modismos e modelos ocasionais.

Meu contato profissional com o prof. Loureiro, aconteceu em 1967, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR. Ele, o estimado, respeitado e temido diretor do Departamento de Antropologia e eu, ainda estudante de Biblioteconomia, auxiliar de biblioteca. Era hábito o diretor da Faculdade, prof. Homero de Barros, solicitar funcionários da biblioteca para auxiliá-lo por uma ou duas horas nas tarefas burocráticas. Em algumas ocasiões em que era eu a escalada, presenciei a entrada intempestiva do prof. Loureiro no Gabinete da Direção, com processos na mão, cobrando do diretor a “**palavra empenhada**”, ou então levando soluções para questões burocráticas que comprometiam o desenvolvimento das atividades de pesquisa ou a montagem do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá (MAAP).

Em 1968 fui realizar o inventário da Biblioteca do Departamento de Antropologia. Não encontrei uma boa parte dos livros e a responsável pela Biblioteca entregou-me uma relação do material

* Bibliotecária aposentada pela UFPR. Atuou no Museu de Arqueologia e Artes Populares de 1973 a 1978.

bibliográfico que havia sido levado pelo prof. Loureiro para o MAAP. Fui falar com ele e duas coisas chamaram minha atenção: a cadeira de madeira, desconfortável, destinada ao visitante e um pequeno cartaz afixado na parte externa da escrivaninha, bem a vista do interlocutor, com a frase “se não tens o que fazer, não o faças aqui”. Não contive o riso, ele gargalhou e disse que a frase era a justificativa para a cadeira. Quanto ao assunto da biblioteca, para ele era questão muito simples de ser resolvida: os livros não seriam devolvidos porque compunham agora o acervo da Biblioteca do Museu e já haviam sido adquiridos com essa finalidade. Não havia demanda para aquelas obras aqui, estavam sendo utilizadas pelas equipes de professores, pesquisadores e estudantes envolvidos na montagem do Museu e também pelos grupos que estavam realizando pesquisas no litoral. Esclareceu, ainda, que havia mais livros em Paranaguá além dos da Faculdade e que eu poderia ir com ele, num final de semana, para realizar o inventário e conhecer o Museu. Insisti e recebi como resposta: - **“Vou requerer usucapião dos livros para o Museu”**, seguida de uma boa e sonora gargalhada. A mesma resposta foi dada para a chefe da Biblioteca. Prossegui o inventário nos outros departamentos e o do MAAP foi adiado.

Em 1968, o prof. Loureiro aposentou-se e nos encontramos inúmeras vezes, fora da Universidade, e nessas ocasiões, ele sempre perguntava: - **“Como vai a biblioteca?”**; - **“Como ficarão as bibliotecas após a Reforma Universitária?”**. Biblioteca para ele era o suporte fundamental para desenvolvimento de qualquer atividade educacional, científica ou cultural e em toda a trajetória da atuação do prof. Loureiro, nas instituições que criou ou nas que dirigiu, encontramos sempre como um tripé de sustentação um conselho técnico-administrativo, uma biblioteca e uma publicação científica.

Em 1972, voltamos ao contato profissional, desta vez na Reitoria. Encontrávamos-nos quase diariamente, ele em peregrinação pelos setores administrativos e pelos gabinetes, tratando de questões administrativas e empenhado na reestruturação do Museu.

Desde 1972, por decisão do Conselho Universitário, o MAAP havia se tornado órgão suplementar da UFPR, isto é, era uma unidade orçamentária, com quadro próprio de pessoal e regimento interno, totalmente desvinculado de qualquer unidade de ensino e pesquisa. Era um órgão administrativo que não permitia a lotação de docentes em seu quadro, e não tínhamos Antropólogos, Sociólogos, Museólogos em exercício na Universidade, nem previsão de inclusão no quadro e de concurso para provimento destes cargos. Para ele, a extinção do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas e a desvinculação do

Museu das atividades de ensino representavam motivo de grande preocupação, pois prejudicava a formação do quadro de especialistas e docentes que pudessem promover, desenvolver e divulgar pesquisas, bem como impediam que o Museu cumprisse sua missão de instituição universitária comprometida com a produção e divulgação do conhecimento científico e com a educação popular.

Quando soube que eu iria residir em Paranaguá, chamou-me em sua casa para conversarmos sobre minha transferência para o Museu, com a finalidade de auxiliá-lo na administração, no cargo de Secretária. Afora a necessidade real de funcionário permanente em Paranaguá, era prudente garantir o preenchimento do Quadro de Chefias do MAAP. Além da Secretaria eu deveria organizar a Biblioteca, com uma condição: não devolver o material da extinta Faculdade de Filosofia. Em janeiro de 1973 o Conselho Universitário aprova o Regimento Interno do MAAP.

Em 12 de março de 1973 assumi minhas funções no MAAP.

O cenário era assustador: o quadro de pessoal resumia-se a 5 faxineiros (4 da universidade, 1 cedido pela prefeitura) e uma professora contratada pelo convênio com a Prefeitura Municipal de Paranaguá. Dos 5 faxineiros, 3 estavam com quase 70 anos e logo seriam aposentados compulsoriamente. Havia a promessa da nomeação de dois Preparadores de Museu, já aprovados em concurso público. O prof. Igor, membro do Conselho Técnico Administrativo, respondia também pela Divisão de Arqueologia. Mesmo sem poder assumir em caráter efetivo e oficial, face os impedimentos da legislação de pessoal, o prof. Igor foi o colaborador mais direto do prof. Loureiro. Além das atividades exercidas no Departamento de Antropologia, na Delegacia Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Paraná para assuntos de arqueologia e estar em fase de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), todas as segundas-feiras o prof. Igor ia para Paranaguá trabalhar com o material arqueológico do Museu e dar orientações para organização e manutenção das coleções.

As instalações museológicas necessitavam de conservação e reparos urgentes. A maresia, os fungos, os ratos, as baratas e os cupins tudo atacavam. A reserva técnica dos materiais ósseo, conchífero, lítico e cerâmico estava organizada e armazenada. A organização e armazenagem adequada da reserva técnica do material etnográfico haviam sido iniciadas por Iracê Dantas, mas não haviam sido concluídas; ainda tinham alfaias, adornos e outros objetos para identificar e registrar.

O prédio apresentava problemas de toda ordem, do telhado ao

pisos inferiores. Vidros e janelas quebrados, o assoalho e o forro estavam na casca e na tinta e, em alguns locais, até o vigamento estava atacado por cupins. Os urubus desalinhavam pouco a pouco as telhas goivas do telhado, ocasionando goteiras. As instalações elétricas estavam precaríssimas, não permitindo sequer que todas as luzes fossem acesas.

A Biblioteca ficava no 3º piso, ousado dizer, imponente. Não estava organizada tecnicamente, os livros estavam apenas arrumados nas estantes, mas o acervo era de alto nível, fazia inveja aos especialistas de fora que visitavam o Museu. O material da extinta Faculdade de Filosofia, representava apenas uma parte da coleção. Ao longo dos anos, o prof. Loureiro foi adquirindo o que havia de melhor e também doado muitas obras de sua biblioteca particular para compor uma biblioteca especializada em Antropologia, Arqueologia e Cultura Popular. Esse acervo era formado por livros raros e esgotados, livros recentes e uma boa hemeroteca. Entre as preciosidades, uma coleção completa da revista *Anhembi* e da *Revista do Arquivo Público Municipal de São Paulo* e, as obras de todos os cronistas e viajantes.

Havia uma quantidade enorme de recortes de jornais brasileiros, de várias épocas, a maior parte sobre manifestações de cultura popular, enviados pelos integrantes da Comissão Nacional de Folclore. Um acervo de fotografias com várias séries Xetá; de peças do museu e de seu uso no local onde haviam sido adquiridas (seqüências do tear de Franca e do Engenho de Açúcar); do prédio, antes e durante a restauração; seqüências de fotos de técnicas de cerâmica do rio Medeiros; e dos folguedos Cavalhadas de Palmas, Dança do Pau de Fita, Congadas da Lapa, entre tantas outras. Todo este material estava disperso pelas gavetas dos armários da biblioteca, da secretaria e da sala da reserva técnica de etnografia. Com os recortes e fotos encontravam-se também anotações pessoais do prof. Loureiro sobre diferentes aspectos da cultura material e estudos teóricos.

Os recursos financeiros eram mínimos para atender despesas de custeio e de capital. O minguado orçamento contingenciado e liberado em duodécimos da UFPR e os recursos oriundos do convênio com a Prefeitura Municipal de Paranaguá. O IPHAN era responsável pelo prédio, mas também não dispunha de aportes financeiros suficientes para isso e a UFPR era a responsável pelo Museu: instalações museológicas, biblioteca, equipamentos e recursos humanos. Dr. Loureiro, o prof. Igor e eu vivíamos atrás de recursos, suplementações e liberação de parcelas das verbas da Universidade e da Prefeitura de Paranaguá.

A Universidade atravessava tempos difíceis, em fase de

acomodação de duas reformas sucessivas, em 1970 e 1973. Novos grupos no poder, novas estruturas didática e administrativa, alta rotatividade nos cargos de confiança. Os novos procedimentos administrativos se sucediam, vindos de Brasília e fielmente executados aqui, acrescidos dos controles locais. Os entraves burocráticos eram cada vez maiores e a “burrocracia”, como o prof. Loureiro chamava, retardava a solução de problemas muitas vezes corriqueiros e simples. Costumava referir-se aos burocratas, comparando-os ao bambu: - **“São grossos, ocos, lisos, cheios de nós e balançam ao sabor dos ventos”**. Neste período foram reitores os professores Algacyr Mäder, Eduardo Correia Lima e Theodócio Atherino. Em todos, o prof. Loureiro depositou sua confiança para que, finalmente, a Universidade assumisse o Museu como instituição de pesquisa e cumprisse os compromissos do convênio com o IPHAN. Teve acesso direto aos reitores, articulava e fechava acordos, formalizados por ofícios que iniciavam **“Conforme entendimentos mantidos com V. Magnificência, em seu gabinete, na presença de...”**, mas o ritmo da máquina administrativa era extremamente lento, muito aquém do ritmo dele.

Por outro lado, a Universidade crescia com a criação de novos cursos de pós-graduação nas diferentes áreas do conhecimento, e também de novos cursos de graduação. Urgia, portanto, a necessidade de adequar e construir novas instalações para abrigar a nova estrutura.

Percebi como seria a forma de trabalhar com o prof. Loureiro assim que assumi. Ele pediu que eu providenciasse a compra de mudas de plantas utilizadas na medicina e na culinária populares, para compor a exposição de Cultura Popular. Quando perguntei o que deveria comprar, ele riu coçando a barba e respondeu: - **“Pesquise”**.

Embora as exposições do Museu tivessem legendas explicativas que permitissem boas informações aos visitantes, tive curiosidade em ir além das legendas e pedi orientação para o prof. Loureiro. Nesse momento tive oportunidade de conhecer o homem que dedicou sua vida a estudar sua gente não por *hobby*, por gosto do exótico ou pelo prazer da erudição. Vi ali o homem que tinha orgulho institucional, não pessoal, um homem com a altivez de quem sabe que escolheu o caminho certo e que divide seu conhecimento e sabedoria com grande generosidade, jamais com prepotência ou arrogância. As perguntas surgiam e as explicações claras eram sempre seguidas de indicação de leitura complementar. Mergulhei, então, no universo de Vieira dos Santos, Rocha Pita, Saint-Hilaire, Jean de Léry, Gabriel Soares de Souza, Alceu Maynard de Araujo, Borges Schmidt e outros autores.

Passamos os dois, percorrendo as exposições por várias semanas. A generosidade no compartilhamento e transmissão do conhecimento era exercida com qualquer pessoa que demonstrasse interesse, de crianças a cientistas.

Para o prof. Loureiro, o que havia de mais relevante no Museu eram:

- o roteiro orientado para representação da evolução do homem pelas suas técnicas;
- a ousadia (para a época) de adotar a teoria de Paul Rivet para o povoamento da América;
- os critérios estabelecidos para a formação das coleções museológicas, com peças originais que documentassem técnicas das populações pré-históricas, das sociedades indígenas e da cultura tradicional regional - cerâmica Marajoara, cerâmica Karajá, peças de Vitalino, plumária Tapirapé, tear de Franca, carrancas do São Francisco, estavam nas exposições para representar técnicas, não por sua beleza, por excentricidade ou por exotismo.

Nas incursões pelas exposições, chegamos na Casa da Farinha, a grande paixão do prof. Loureiro. Ao fazer a descrição das peças e discorrer sobre o processo de beneficiamento da mandioca e fabricação da farinha, fica emocionado ao relatar como o europeu colonizador aprendeu com o habitante da terra a transformar uma planta tóxica em alimento e como adaptaram as técnicas, máquinas e utensílios utilizadas na fabricação de azeite para fabricar a farinha de mandioca.

Nomeados os dois preparadores de museu, foi dado início a intenso trabalho de conservação e recuperação das exposições. Primeiro, era preciso deter os predadores. Para os cupins, a mistura de Pentaclorofenol, querosene e óleo Diesel; solução de Creosoto de Faia e álcool para os fungos da plumária; solução de Lysoform Bruto e água para conter o mofo e os fungos das peças de madeira e das paredes. Para os ratos, a solução foi dada por “seu” Felipe, o zelador: - “Para acabar com tanto rato, só mesmo um gato. Tem que ser fêmea, que são boas caçadoras, os machos só comem, dormem e fazem folia”. E assim, o Museu passou a contar com a colaboração de uma bela gata, carinhosamente “batizada” Gabriela.

O material necessário era adquirido pelo Museu e a mão de obra era nossa: prof. Igor, João Carlos, Maria de Lourdes, Henilde e eu. O trabalho: abrir, desmontar, desinfetar, limpar as peças, retirar o fundo das vitrinas fazer decalque das ilustrações pintadas no fundo da vitrina para depois desenhar na placa de acrílico com esmalte sintético, esperar secar e passar base para unhas, pintar o fundo se a placa

estivesse em boas condições ou colocar nova, preparar e pintar; substituir as legendas antigas feitas em papel fotográfico por legendas de acrílico, reforçar ou colar novamente as parte de vidro, montar novamente a vitrina e fechar. Era trabalho em grupo mesmo, devido ao peso das vitrinas. João Carlos combatia os cupins de forma quase obsessiva, com ajuda dos faxineiros trocava até as tábuas do assoalho. Foram mais de dois anos nesses serviços.

Foi preciso localizar antigos mestres artesãos para recuperar alfaias, os trançados, a cestaria e as redes de pesca. Pela manhã, ficávamos sempre no Museu. À tarde, muitas vezes eram peregrinações a Alexandra, Morretes, Morro Inglês, Praia de Leste e Guaratuba, em busca de tanoeiros, pescadores, carapinhas e ferreiros. Por duas vezes fomos ao Sambaqui do Guaraguaçu, sítio pré-histórico tombado, que estava atraindo a curiosidade das empresas de turismo.

No período de 1973 a 1975, o prof. Loureiro passa longas temporadas em Paranaguá, trabalhando no Museu. As limitações físicas, seqüelas do acidente vascular cerebral sofrido em 1971 e o abalo pelo falecimento precoce de seu único filho em 1972, não o impediram de perseguir de maneira obstinada seus objetivos de continuar a documentar os diferentes aspetos da cultura regional. Quem acompanhou de perto e conviveu com o prof. Loureiro nos seus últimos anos de vida, entende porque o prof. João Átila Rocha¹ refere-se a essa forma quase compulsiva de trabalho como “sofreguidão de quem parecia saber não dispor de muito tempo...”.

Dedica-se com afinco à sistematização das ciências da cultura, com a produção de dois textos, fruto de mais de 20 anos de estudos e pesquisas, publicados nos dois primeiros números do *Cadernos de Artes e Tradições Populares*. Tive oportunidade de trabalhar com ele na organização dos originais destes textos. As anotações antigas eram poucas, escritas em envelopes, guardanapos de papel, caixas abertas de remédio, trechos datilografados, mas eram apenas lembretes. O texto estava pronto, na memória, fluía como se ele o estivesse lendo. Muitas vezes ditava o texto com os olhos fechados, outras com o olhar percorrendo a estanteria. As formas de trabalhar eram alternadas: ora ele ditava e, quando ficava difícil articular a fala, escrevia. O talhe elegante da letra de quem praticou caligrafia na infância ainda era perceptível, mas a escrita era aglutinada e minúscula, quase ilegível. Quando passava o manuscrito para datilografar e a letra estava muito

¹ Anotações pessoais para discurso de homenagem ao Prof. Loureiro, proferido na Academia Paranaense de Medicina.

miúda, gargalhava e dizia: - **“Hoje estou mesquinho”**. A boa e sonora gargalhada também tinha sido afetada pela doença e terminava em soluços. Muitas vezes, a mão esquerda segurava a direita para dar-lhe a firmeza necessária para escrever. Entretanto, a coordenação e a coerência do pensamento eram perfeitas. Trabalhava na produção do texto por quatro, cinco horas seguidas. Jamais abriu mão do rigor científico que sempre pautou sua vida de pesquisador e professor. Cada conceito, cada afirmativa, cada citação eram cuidadosamente confrontados e se, necessário, confirmadas nas obras de diferentes autores, as quais o prof. Loureiro parecia ter na íntegra em sua memória prodigiosa: Van Gennep, Leroi-Gourhan, Levi-Bruhl, Robert Lowie, Leite de Vasconcellos, Marcel Maget, Marcel Mauss, e tantos outros. Para ele, citar autores não era demonstração de erudição ou simplesmente fazer um recorte para comprovar sua idéia, era necessário conhecer profundamente a obra, seu autor e seu contexto sócio-histórico. Havia o cuidado com o termo adotado, se era o mais representativo para determinado conceito e, sobretudo, com a clareza do texto. Não escrevia só para os pares, escrevia para ser compreendido por todos.

Publicado o primeiro número dos *Cadernos* e enviado para antigos companheiros e instituições da área, foi grande a repercussão tanto da publicação como do artigo do prof. Loureiro. Chegam cartas de congratulações de Câmara Cascudo, Dante de Laytano, Fernando Corrêa de Azevedo, Manuel Diégues Junior, Borges Schmidt, entre outros. Seu artigo também provoca polêmica sobre os conceitos e objetos de estudo do Folclore que se torna pública por carta aberta do prof. Rossini Tavares de Lima. Ele vibra com a polêmica e produz outro artigo, em resposta, publicado no segundo número dos *Cadernos*. Quando é publicado o segundo número, percebi erros tipográficos e inclusão de textos não revisados, o prof. Loureiro foi logo dizendo: - **“Não faz mal, providencie uma errata para ser encartada no próximo número”**.

Simultaneamente a produção dos artigos, o prof. Loureiro dedicava-se a conclusão da montagem das exposições do Setor de Folguedos Populares Dramatizados do Paraná, que ocupava parte do 3º piso do prédio.

Este setor havia sido inaugurado em 1972, com a exposição da Congada da Lapa. Os trajes eram originais, da apresentação do folguedo apresentado em 1953, por ocasião do Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná. Em salas totalmente escuras, pintadas de preto do chão ao teto, foi montada a cena da entrega da embaixada da rainha Nginga de Angola ao rei do Congo, Zumbi Ganaíame. Manequins sem rosto, pintados de preto compunham a cena da corte

do Congo: o Rei, a Rainha e o Príncipezinho, em seus tronos, o Príncipe herdeiro atrás, dois fidalgos, dois conguinhos e o embaixador de Angola. A mostra tinha recursos de luz e som. Acionado o gravador, ao fundo a música original da Congada e a narração da origem do folguedo. A medida em que os personagens iam aparecendo na narração, era acionada a minuteira e o personagem era iluminado por *spots*. Ao final, a cena era toda iluminada. No corredor em frente a sala da mostra ficavam os painéis com as legendas sobre o folguedo e quadros pintados por Vladimír Kozák do Rei Zumbi, da Rainha e do Embaixador de Angola. A gravação da fita com música e narração foi feita por Newton Grilo, funcionário da universidade, que havia sido locutor de rádio.

A Congada, uma sátira a corte portuguesa, era outra das “paixões” do prof. Loureiro. Sabia de cor grandes diálogos do folguedo, e quando os recitava e relatava as trapalhadas do Embaixador e do Rei Zumbi, fazia as analogias e ria muito.

Ao lado desse espaço, ainda em ambiente totalmente escurecido, o prof. Loureiro faz a montagem de cena do Boi de Mamão da Colônia Maria Luiza, com os personagens: o Boi, o Barão, a Mariola, a Bernunça e o Cavalinho. Ele havia previsto montar este folguedo nos mesmos moldes da mostra da Congada da Lapa, apoiado nos estudos de Corrêa de Azevedo.

Seguindo no mesmo corredor, foi montada a vitrina das Cavalhadas de Palmas, com trajes, acessórios, armas, as máscaras de papel, as argolinhas, a placa de madeira da xilogravura das máscaras. Nesta vitrina foi colocada a seqüência fotográfica do folguedo.

Ao final do corredor em forma de “T” Loureiro faz a montagem das Cavalhadas de Guarapuava. Já tinha os trajes do cavaleiro árabe e do cavaleiro cristão e conseguiu, em comodato, o traje de Floripes, a Princesa Cristã. Novamente, manequins sem rosto para os trajes. Na vitrina, em forma de triangular, estava a Princesa ladeada pelos cavaleiros. Para compor a vitrina, o prof. Loureiro queria um Castelo, de forma que parecesse que os três personagens estavam na abertura de entrada. Contrata André Mayer, que havia trabalhado com ele no Museu Paranaense e também na montagem do MAAP, para fazer o Castelo sob orientação dele. Quando comentei que o castelo estava feio, e rústico, o prof. Loureiro retrucou: - **“Isto é o cenário de um folguedo popular, não o de um espetáculo do ‘Folies Bergère’**”. Em uma das paredes, 3 aquarelas de Levandoski, uma retratando a Rainha a cavalo, outra o cavaleiro mouro e outra o cavaleiro cristão. Encomendou, também, um grande painel para o pintor Arthur Nísio, que já estava bastante adoentado nesta época. Nísio realizou vários estudos para compor o quadro, onde o primeiro plano era um magnífico

cavalo no momento da queda, montado por um cavaleiro árabe; ao lado outro grandioso cavalo, empinado, montado por um cavaleiro cristão. Ao ver o esboço, surge o rigor do prof. Loureiro. Gosta do trabalho, mas pede novos estudos, porque: - **“Os árabes são hábeis cavaleiros e, portanto, difíceis de serem derrubados”**. Para ele, a cena estaria transmitindo para os visitantes uma informação equivocada sobre o povo árabe. Este quadro foi motivo de vários aborrecimentos. O estado de saúde de Nísio piorou e seria preciso de um adiantamento de Cr\$ 5.000,00 para compra de tela e tintas para executar a obra. Foi solicitado para a Reitoria, e embora esse valor não fosse de grande vulto, o adiantamento só poderia ser concedido após parecer de uma comissão de três especialistas para avaliação do custo do trabalho a ser executado por Nísio. Cumpridos todos os trâmites legais, foi autorizado o adiantamento, mas Nísio já havia falecido.

Em 1974 o Museu foi fechado para obras e era preciso madeira fora de bitola e falquejada. O prof. Loureiro localiza o caboclo Poinciano em Praia de Leste, que poderia executar o trabalho. Ele havia conhecido a família de Poinciano quando realizou pesquisas nessa região, na década de 30. A armação para o corte das tábuas não existia mais, mas o caboclo ainda tinha as ferramentas que haviam pertencido ao seu pai. Como o caboclo não lembrava de detalhes da armação, o prof. Loureiro fez o desenho, e mandou construir a peça, mandou afiar os facões, serras e serrotes. Aproveita também a oportunidade para elaborar roteiro para realização do documentário cinematográfico *Estaleiros do Litoral* e contrata Vladimír Kozák para fazê-lo. Como precisa voltar para Curitiba, pede que eu acompanhe o trabalho, pois não queria **“arroubos de Hollywood”**, um documentário deveria retratar o verdadeiro.

Quando foi desativado o Laboratório de Fotocinematografia da extinta Faculdade de Filosofia, o prof. Loureiro conseguiu salvar os documentários etnográficos que havia feito com Kozák e transferi-los para o MAAP. Os armários higrométricos para armazenagem e os equipamentos necessários para limpeza e conservação de filmes não puderam ser levados. Esses armários não existiam no mercado, era preciso mandar fazê-los sob encomenda e somente uma casa especializada em material hospitalar confeccionava esse tipo de equipamento. Mesmo assim, a Reitoria abre processo licitatório. Tempos depois chega em Paranaguá um caminhão com armário frigorífico, sem motor, com quatro pitões para sustentar os higrômetros em cada porta. O professor e eu ficamos completamente enfurecidos, mas a orientação era “opção pelo menor preço para realização das despesas”. O armário ficou e tivemos que improvisar as bandejas para sílica com tabuleiros

de alumínio. A desumidificação da sílica era feita em painéis, em fogão doméstico.

Em julho de 1973 o MAAP assume a realização de um curso de especialização em Técnicas de Pesquisa Arqueológica Aplicadas a Sítios Pré-cerâmicos, que já estava programado para ser realizado pelo CEPA. Este curso foi ministrado pela dra. Annette Laming-Emperaire, do Musée de l'Homme e contou com a participação de professores de diversas universidades brasileiras e de um professor de uma universidade colombiana. Em setembro do mesmo ano, também no Museu, foi realizado curso de extensão de Noções de Museologia, ministrado pela museóloga do Museu do Índio do Rio de Janeiro, Marília Duarte Nunes. Em 1974, é assinado convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para realização de Curso de Museologia, em julho do mesmo ano, ministrado por professores da UFPR, e de outras universidades, sob coordenação da mesma museóloga.

Em 1973, chegam em Paranaguá Julio e Janine Alvar, que realizavam pesquisas para a Universidade na região de Guaraqueçaba, e se instalam no Museu para realizar pesquisa bibliográfica. O prof. Loureiro encontra em Julio Alvar, etnólogo, artista plástico premiado na Europa e hábil cinematografista, o interlocutor e colaborador perfeito para documentar em filme, texto e desenho, a arte de um antigo carapinha, Antonio da Virgilina. No pátio interno do Museu foi realizado o documentário *Fuso e Concha*, em Super 8. Como o processo era ainda pouco conhecido no Brasil, ele pede a Alvar que verifique em Paris a possibilidade de fazer uma cópia do filme em 16 mm, para a cinemateca do Museu. Afora a empatia que nasceu de imediato entre os dois, Julio Alvar tinha o que o professor considerava o **“dom do traço para desenho etnográfico, sem arroubos de artista”** atributo que ele até então só tinha encontrado em Rodolpho Doubek. Alvar faz também painéis em acrílico para a exposição da *Casa da Farinha* (na mesma técnica que utilizávamos para restauração das legendas e vitrinas), documentando as etapas da fabricação da farinha de mandioca.

Em 1974, o Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, vem para Curitiba e o prof. Loureiro leva o grupo do IPHAN a Paranaguá e promove uma reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo do Museu. Na ocasião foi comunicado que dada a dificuldade de infra-estrutura de técnicos especializados, laboratórios de restauração e conservação e de bibliotecas especializadas em todos os museus ligados ao IPHAN, estava em andamento projeto para criação de um Sistema Nacional de Museu. Este sistema previa o agrupamento dos museus em 5 regiões, cada uma com uma instituição sede que concentraria

toda a infra-estrutura necessária para supervisionar, coordenar e realizar os serviços técnicos especializados necessários para funcionamento dos museus integrantes. O MAAP havia sido indicado para ser a sede da 5ª Região, aos quais ficariam subordinados os museus do IPHAN localizados em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Implantado o sistema, o MAAP passaria para o IPHAN. O prof. Loureiro entusiasmado, participa da elaboração do projeto da estrutura organizacional do sistema, mas muito apreensivo, pois continuava a desvinculação do Museu das atividades do ensino e da pesquisa.

Criado o sistema, legislação publicada em Diário Oficial da União, iniciam-se as providências para montar a infra-estrutura. É retomado o projeto de instalação do MAAP, que previa desapropriação do casario contíguo ao prédio, na rua da Praia, para construir edifício de 2 andares para abrigar a parte administrativa, reserva técnica, laboratórios e uma biblioteca especializada de 10.000 volumes, quando o acervo existente era de cerca de 2.000 volumes

A organização da biblioteca seguia a passos lentos, foi preciso garimpar em todo o arquivo a procedência dos livros. Foi adotada a Classificação Decimal de Dewey, com extensões para Arqueologia Pré-Histórica Brasileira e, para Cultura Popular, a Classificação de Folclore desenvolvida pelo prof. Edison Carneiro. O prof. Loureiro conhecia em profundidade os principais sistemas de classificação bibliográfica existentes - CDU, Ranganathan, Dewey e da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Todo o material, cerca de 2.000 livros foi preparado tecnicamente e, para ganhar tempo, datilografada apenas as fichas de registro e topográficas e, no catálogo as fichas de rascunho. A biblioteca foi aberta ao público para consulta local, tendo como clientela em potencial alunos e professores da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia de Paranaguá. Mesmo com poucos recursos adquiríamos material bibliográfico, pelo convênio com a Prefeitura. Quando a Editora da Universidade de São Paulo faz a reedição dos cronistas e viajantes, foram adquiridos todos os volumes. Mais tarde, com a criação da Biblioteca Central, foi instituído o registro único e todo o material relacionado nos mapas de registro e feitos os Termos de Responsabilidade, foi feita uma cópia de cada ficha para o catálogo coletivo de livros da Biblioteca Central. Como órgão suplementar, não poderíamos ter uma biblioteca "oficial"; ficamos como sucursal da Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, situação que permanece até o presente.

Com a perspectiva dessa passagem para o IPHAN, a Universidade passa a não investir mais no Museu, e os problemas para dar continuidade aos projetos iniciados se agravam. Indignado com corte

no orçamento do MAAP, em fevereiro de 1975 o prof. Loureiro mais uma vez entrega o cargo ao Reitor e fui designada para substituta eventual do Diretor do MAAP. Com isso, parte dos problemas da Reitoria estavam resolvidos, pois a legislação vigente não permitia a permanência de professores aposentados em cargos comissionados, além do mais, o prof. Loureiro já estava com mais de 70 anos e não havia ato legal designando-o para a Direção do MAAP após a implantação da nova estrutura administrativa da Universidade. O Reitor pede que ele permaneça no cargo. Para mim, o Reitor pediu paciência, argumentando: - “Estou sendo pressionado para regularizar a situação administrativa do Museu, mas se eu tirar o prof. Loureiro da direção, ele morre”. O prof. Loureiro desconhecia sua situação irregular na direção, afinal não havia sido revogada sua antiga Portaria de designação. Foi um período extremamente incômodo e desgastante.

O prof. Loureiro nunca recebeu remuneração pelo cargo de diretor do Museu. Desde a instalação e até transformar-se em órgão suplementar, não existia o cargo na estrutura da Universidade e quando passou a existir, havia impedimentos legais para que ele fosse designado. Desde que recebeu a incumbência de instalar um museu no Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, o único ressarcimento que ele recebia eram as parcas diárias, mais tarde suspensas, pois a sede do órgão que dirigia era em Paranaguá. Embora tivesse confortável situação financeira e tivesse custeado inúmeras despesas do Museu, essa decisão não comunicada oficialmente o deixou magoado, pois havia sido rompido um **“acordo de cavalheiros”**. O mais curioso é que por mais de uma vez o Chefe de Gabinete do Reitor perguntou se eu tinha portaria de autorização para afastamento da sede para poder receber diárias, e só aquietou-se quando eu disse que não tinha e nem iria pedir, porque eu não precisava de diárias, vinha com meu carro e, em Curitiba, ficava na casa de minha família.

As justificativas exigidas para as prestações de contas das despesas realizadas chegavam as raias da mesquinha e do ridículo, como o caso das despesas com combustível para viagens que eram feitas com o carro particular do prof. Loureiro. Mesmo que anotássemos no verso o motivo da viagem e a razão desse procedimento (a caminhonete do Museu não funcionava e não oferecia mais segurança), as notas não eram aceitas.

O prof. Loureiro vai para Paranaguá e fica uma boa temporada trabalhando na edição do segundo número dos *Cadernos* e na montagem das exposições. Aproveito sua permanência para proceder a identificação das fotografias e das suas anotações, para posterior tratamento.

Durante as obras de recuperação da entrada do prédio, o prof. Loureiro solicita mais de uma vez ao IPHAN autorização para reabrir uma passagem do térreo para o primeiro piso, e assim corrigir o circuito das exposições, como havia sido previsto na instalação do Museu. Como o IPHAN não se manifesta, ele providencia a abertura da passagem e manda construir uma escada com um mezanino em madeira para fazer a ligação. Além da correção do circuito, o mezanino permitia ampla visão do Engenho de Açúcar. Ele tinha segurança do que estava fazendo, pois conhecia todos os detalhes da construção do antigo colégio; antes mesmo do tombamento, havia feito fotografias em diferentes épocas e nas diversas ocupações do prédio. Sabia o que deveria ser ressaltado, o que deveria ser preservado e o que poderia ser utilizado em benefício das instalações do museu. Grande parte dessa obra foi custeada pelo próprio professor.

Concluídas as obras, o museu é reaberto para visita pública e o prof. Loureiro volta a Curitiba. Seu estado de saúde estava se agravando, mas mesmo assim continuava trabalhando quase compulsivamente. Tentava agora a intermediação do Ministro da Educação Ney Braga na transferência de Marília Duarte Nunes do Museu do Índio do Rio de Janeiro para a UFPR, o que não se concretizou.

Quando o prof. Manuel Diégues Junior, companheiro de ciência e seu amigo pessoal, assume a direção do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, prof. Loureiro, já engajado no processo de transformação do Museu em sede da 5ª Região do IPHAN, consegue que seja firmado convênio entre a Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares e o DAC/MEC, com aportes financeiros na ordem de Cr\$ 40.000,00 para aquisição de livros para a Biblioteca do Museu. Assim que o convênio foi assinado, foram providenciadas listas e mais listas de livros, pedidos de orçamento para assim que chegasse a 1ª parcela da verba, fosse feita a compra. No início de dezembro os recursos foram liberados, mas na rubrica de Outros Serviços de Terceiros, o que significava não poder ser comprado um livro sequer. O DAC/MEC confirmou a rubrica, não havia sido engano, o valor ultrapassava o teto fixado para Despesas de Capital, por isso havia sido enviado para Despesas de Custeio. Quando dei a notícia para o prof. Loureiro, desencadeei uma tempestade. Vim para Curitiba tentar alguma forma de reverter a situação, afinal no convênio estavam especificados o objeto e a rubrica de despesa correspondente, e não havia nenhum ato oficial alterando o objeto ou a rubrica. Novamente o prof. Loureiro vai ao Reitor e, furioso com o descaso da Universidade no encaminhamento das questões do MAAP, manifesta sua decisão de deixar definitivamente a direção. Desta vez o Reitor aceita, e revela “o faz-de-conta” e também fala que não

gostaria e nem poderia continuar enganando-o. Tempos depois, o prof. Loureiro me diz: - **“Ele disse que me enganou o tempo todo”**.

Na verdade, o recurso do convênio DAC/MEC havia sido concedido porque o prof. Diegues havia empenhado sua palavra com Loureiro, mesmo que não pudesse ser utilizado para compra de livros. Curiosamente, esse convênio que motivou o afastamento definitivo do prof. Loureiro da direção do Museu, teve parte dos recursos utilizado para custear as despesas com a publicação editada em sua homenagem póstuma.

O prof. Loureiro deixa definitivamente a direção do Museu e, em 30 de Janeiro de 1976, o prof. Eloi da Cunha Costa assume a direção. Ele ainda voltou duas vezes a Paranaguá e esteve no Museu. Continuava indo a Reitoria para intermediar novo convênio para garantir que o MAAP, mesmo passando para o IPHAN, continuasse uma instituição de pesquisa e ensino. Em dezembro de 1976 estive em sua casa, conversamos sobre o Sistema de Museus, sobre as obras de recuperação promovidas pelo IPHAN que estavam em andamento. Mais uma vez a pergunta: - **“Como vai a biblioteca?”**.

O prof. Loureiro viveu seus últimos tempos e sua doença com dignidade, sem queixas e sem amargura. Sempre acompanhado pelo motorista de muitos anos, “seu” Afonso, não admitia ajuda para locomover-se, isso só mesmo em casos de extrema necessidade. A cada tombo, só um pedido: - **“Não contem para Gabriela”**. Jamais usou de sua debilidade física para conseguir favores ou atenções especiais dos “donos do poder”. Nunca perdeu o entusiasmo, e manteve até o fim de sua vida o poder de indignar-se, o seu “dom da fúria”, conhecido por todos os seus colaboradores desde a sua mocidade. Continuava rasgando processos, escrevendo e enviando críticas irônicas aos procedimentos dos dirigentes dos órgãos federais, estaduais e municipais com os quais tratava, cobrando com indignação os acordos não cumpridos e delongas desnecessárias nos trâmites das questões do Museu, e, pessoalmente, brandindo e bantendo furiosamente sua bengala. Da mesma forma, nunca usou honrarias e prêmios recebidos por sua obras como conquista pessoal. Para ele, suas vitórias e derrotas sempre foram institucionais. Nunca admitiu que se referissem ao Museu como o “Museu do Loureiro”, o MAAP era o Museu da Universidade, um instituto de pesquisa a serviço da educação popular.

Até o final de sua vida, conservou e exerceu o dom natural da curiosidade, a atração pelas inovações tecnológicas. Volta e meia levantava questões sobre as possibilidades e em quanto tempo estaríamos utilizando recursos da informática em todas as áreas do

conhecimento, principalmente nas bibliotecas, a exemplo do que estava ocorrendo nos Estados Unidos e Europa. Afinal, dizia ele: - **A Universidade já tem o Centro de Computação Eletrônica desde 1969. A Altiva já está fazendo uso de computador em suas pesquisas**".² Acompanhava atentamente tudo o que se passava no país e no exterior em jornais, revistas, televisão, correspondência e contatos pessoais. Quando o programa *Fantástico* documentou o último dia de visitação das Sete Quedas, um Domingo, na segunda-feira, o prof. Loureiro fez o seguinte comentário: - **"Acabaram com os Xetá e matam agora a lenda de Naipi e Tarobá"**. Sobre suas pesquisas entre os Xetá, trabalho que o projetou nacional e internacionalmente, realizado com tanto entusiasmo, falava pouquíssimo. Loureiro havia realizado pela Universidade um documentário cinematográfico de primeira qualidade nos aspectos científico e de telecinagem, façanha que nem o mal. Rondon, com toda a estrutura do Governo Federal e do Exército Brasileiro havia conseguido realizar. Com o trabalho premiado na Europa, com cópia solicitada pelo Musée de l'Homme de Paris, elogiado pela comunidade científica nacional e internacional, não conseguiu entretanto o apoio, entre outros, de *O Cruzeiro* para divulgar fora do meio acadêmico o cotidiano de um grupo indígena quase em extinção. A referida revista optou pelo trabalho dos sertanistas irmãos Villas Boas. O interesse do prof. Loureiro nessa divulgação era a de assegurar a preservação desse grupo e de suas terras.

Nos longos períodos da permanência dele em Paranaguá, pude observar o que intriga a todos que pesquisam seus arquivos, que é a quantidade de anotações sobre diferentes temas, citações incompletas, referências incompletas a obras e autores, escritas nos mais variados e curiosos tipos de papéis. Aliado ao hábito de reaproveitar papéis, havia a urgência de registrar o pensamento, como testemunhei inúmeras vezes quando almoçávamos em algum restaurante e ele tirava a caneta do bolso e fazia as anotações no guardanapo de papel, ou quando, em viagens pelos arredores de Paranaguá, fazia o mesmo nas caixas de remédio.

Lamentava o exílio e o afastamento dos intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Milton Santos, Josué de Castro, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Mario Schenberg, Celso Furtado entre outros, pois isso representava o empobrecimento das ciências no país, e a interrupção de linhas de pesquisa nas universida-

² Referia-se à Profa. Dra. Altiva Pilatti Balhana, sua ex-aluna, que em 1973 publicou O emprego de computadores na história (*Revista de História*, São Paulo: USP, n. 94, p. 641-644, 1973).

des brasileiras, principalmente nas Ciências Sociais. A ciência sempre deveria estar acima de qualquer ideologia, crença ou raça. O Estado e a Igreja deveriam estar à serviço da ciência e da cultura. E ele, como poucos, soube usar o Estado e a Igreja para impulsionar e promover o desenvolvimento da ciência e da cultura nos âmbitos regional e nacional.

Quando reabriu o Museu, em 1975, o prof. Loureiro mandou fazer um painel para afixar na entrada das exposições com a frase de Almeida Garret: “Não pode ser nacional o que não é popular”. Esta frase revela as razões da crença de Loureiro Fernandes, o motivo de sua opção pelo estudo do homem e sua cultura, o porque do preservar e fazer conhecer o que não existe mais: só existe uma nação quando o seu povo sabe de onde veio, tem seu referencial para viver seu presente e projetar seu futuro.

